

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A companhia

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas é uma empresa pública dependente do Estado de São Paulo que tem como missão superar os desafios da sociedade por meio da ciência, tecnologia e inovação aplicadas nas políticas públicas e setores produtivos. Está constituída na forma de sociedade anônima tendo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo como seu acionista. É dependente do Estado de São Paulo por receber dotação orçamentária como parte de seus recursos para operação, e possui personalidade jurídica de direito privado. O IPT, com seus 126 anos de existência, desde sua fundação como Gabinete de Resistência dos Materiais na Universidade de São Paulo, atua prestando apoio tecnológico a parceiros dos setores público e privado.

Sua operação está organizada em oito Unidades de Negócio, abrangendo Materiais Avançados, Energia, Bionanomanufatura, Tecnologias Digitais, Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente, Habitação e Edificações, Tecnologias Regulatórias e Metroológicas e Ensino Tecnológico. Conta também com os núcleos NUTABES (Núcleo de Tecnologias Avançadas para Bem-Estar e Saúde), Núcleo IPT Amazônia, NUSCARBON (Núcleo de Sustentabilidade e Baixo Carbono) e NUCERT (Núcleo de Certificação de Produtos).

A atuação do Instituto integra escala operacional, diversidade técnica e apoio estratégico à inovação, com o desenvolvimento de tecnologias entre os níveis TRL 3 e TRL 9, contribuindo para a superação dos desafios de escalonamento. Seu portfólio reúne mais de 2 mil serviços nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação, ensaios e análises, inspeção e monitoramento, medição e calibração, ensino tecnológico, contando com equipe especializada na captação de recursos de fomento, apoiada pelas unidades Embrapii-Processos Biotecnológicos e Embrapii-Materiais de Alto Desempenho.

O IPT dispõe de infraestrutura superior a 120 mil metros quadrados, com mais de R\$ 320 milhões em capital investido e R\$ 178 milhões em ativo imobilizado, além de equipes técnicas altamente capacitadas. A agilidade de gestão proporcionada pela Fundação de Apoio ao IPT, parceira do IPT, viabiliza a captação ágil de recursos, fortalecendo projetos estratégicos e ampliando o atendimento às demandas da indústria, do governo e da sociedade.

Ao longo de sua trajetória, o IPT consolidou-se como agente fundamental do desenvolvimento científico e tecnológico, transformando conhecimento em soluções aplicadas de impacto para a sociedade e fortalecendo políticas públicas e cadeias produtivas. Cumprindo seu papel de braço tecnológico do Governo do Estado de São Paulo, atua alinhado ao interesse público, com excelência técnica, compromisso institucional e foco em resultados. Sua missão, visão e valores orientam a cultura organizacional e o modelo de gestão, assegurando coerência entre propósito, atuação e governança, e reforçando o compromisso com a geração de valor para a sociedade.

A Operação

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), como empresa pública vinculada ao Governo do Estado de São Paulo, atua de forma integrada junto à sociedade, ao governo e à indústria, aplicando conhecimento científico e tecnológico para enfrentar desafios de diferentes naturezas e níveis de complexidade. Em 2025, essa atuação foi ampliada e diversificada, combinando o atendimento técnico tradicional com novas frentes voltadas à inovação, à colaboração e ao desenvolvimento conjunto de soluções, por meio de projetos estruturantes e programas de inovação aberta que fortaleceram parcerias, promoveram a transferência de conhecimento e ampliaram o impacto institucional.

No apoio às políticas públicas, o IPT contribuiu para a formulação, implementação e aprimoramento de ações governamentais em áreas estratégicas, com iniciativas alinhadas às prioridades da agenda pública e ao desenvolvimento sustentável. Destaca-se o projeto de Transformação Digital em Manufatura Avançada e Cidades Inteligentes e Sustentáveis, financiado pela FAPESP, que reuniu ampla rede de instituições e pesquisadores, resultando no desenvolvimento de protótipos e na produção expressiva de trabalhos científicos, com aplicações relevantes para a indústria e a gestão urbana.

Na área ambiental e patrimonial, o IPT atuou na recuperação da Trilha da Pedra Lisa, em Paranapiacaba, por meio de um projeto financiado pelo Fundo de Interesses Difusos, que integrou diagnósticos arqueológicos e ambientais, execução de obras e monitoramento, viabilizando a reabertura da trilha e promovendo a valorização do território, o turismo sustentável e a preservação ambiental.

Também merece destaque a participação do Instituto no Centro para Cidades Resilientes a Inundações, financiado pela FAPESP, voltado ao desenvolvimento de soluções científicas, tecnológicas e urbanísticas para mitigar os impactos das inundações urbanas, com foco inicial na Região Metropolitana de São Paulo, incluindo o uso de gêmeos digitais urbanos, modelagem hidrodinâmica, sistemas preditivos e soluções baseadas na natureza.

No campo da saúde pública, o IPT obteve a aprovação de um projeto estratégico no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Inovação Local, no valor de R\$ 13 milhões, para o desenvolvimento de um dispositivo microfluídico voltado ao diagnóstico molecular simultâneo de múltiplas arboviroses, fortalecendo a vigilância epidemiológica, a capacidade de resposta do sistema de saúde e a autonomia tecnológica nacional, em parceria com a Fiocruz e a UFTM.

Ainda no apoio a políticas públicas, o Instituto atuou no desenvolvimento e validação de um novo método de certificação de cronotacógrafos, em parceria com o IPEM-SP, contribuindo para tornar o processo regulatório mais ágil, seguro e confiável, com impactos diretos na segurança viária e na fiscalização do transporte rodoviário.

No atendimento ao setor privado, o IPT aplicou conhecimento científico e tecnológico para fortalecer a competitividade industrial, desenvolver soluções de alto valor agregado e incorporar inovação em produtos e processos. Em 2025, projetos como o da nova geração de veículos da Stock Car Brasil evidenciaram a capacidade do Instituto em engenharia avançada e ciência dos materiais, resultando em significativa redução de peso dos veículos e melhoria expressiva de desempenho, além de impactos positivos na cadeia produtiva, na geração de empregos e na formação de pessoal especializado.

Na área de sustentabilidade e economia circular, o Projeto Tramppo, desenvolvido em parceria com empresa especializada em reciclagem, resultou na criação de uma nova rota tecnológica para a reciclagem de lâmpadas LED, no desenvolvimento de equipamentos específicos e no depósito de patentes, demonstrando a capacidade do IPT de gerar inovação com proteção intelectual e aplicação industrial.

De forma integrada, essas iniciativas evidenciam o papel do IPT como agente estratégico de desenvolvimento tecnológico e inovação, com atuação consistente no fortalecimento de políticas públicas, no apoio à indústria e na geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais para a sociedade.

Desempenho Institucional

Em 2025, o IPT atendeu 3.058 clientes, abrangendo 697 municípios em todo o Brasil, sendo 270 municípios no Estado de São Paulo, o que corresponde a 42% de cobertura estadual. No âmbito nacional, suas atividades alcançaram 26 estados brasileiros, representando 96% de cobertura do território nacional, além de atuação internacional em 16 países, equivalente a 8% de cobertura global. Esse alcance territorial reflete a capilaridade das atividades do Instituto e sua capacidade de atender demandas técnicas e tecnológicas de diferentes escalas e complexidades.

O volume de entregas técnicas foi igualmente expressivo. Ao longo do exercício, o IPT emitiu 17.340 documentos técnicos, superando a meta pactuada no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que previa a emissão de 16.000 documentos em 2025. Esses documentos incluem laudos, pareceres técnicos, relatórios de ensaios laboratoriais, relatórios técnicos e entregas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, constituindo a base técnica que sustenta tanto a atuação junto a políticas públicas quanto o atendimento ao setor produtivo. O faturamento total do IPT em 2025 atingiu R\$ 84,8 milhões, com 56% desse montante proveniente de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Essa composição evidencia o alinhamento do modelo econômico do Instituto com sua missão institucional, ao priorizar projetos de maior valor agregado tecnológico e maior impacto estrutural para o Estado de São Paulo.

O desempenho financeiro foi impulsionado, em grande medida, pela ampliação da captação de recursos externos para inovação. Em 2025, o IPT submeteu 17 propostas a editais de fomento junto a agências como Finep, Fapesp, CNPq, Fundep e ao Programa de Desenvolvimento e Inovação Local (PDIL) do Ministério da Saúde, totalizando R\$ 266 milhões em recursos pleiteados. Desse montante, mais de R\$ 219 milhões foram aprovados (em fase de contratação), resultado que demonstra elevada competitividade técnica e capacidade institucional de estruturar projetos de grande porte.

No âmbito específico da Embrapii, o IPT operou duas unidades em 2025. A unidade IPT Materiais de Alto Desempenho firmou sete projetos, totalizando R\$ 19,34 milhões, enquanto a unidade IPT Processos Biotecnológicos assinou um projeto no valor de R\$ 1,04 milhão. Adicionalmente, a atuação em projetos cooperativos resultou em receita superior a R\$ 1,2 milhão por taxa de sucesso, reforçando a capacidade do Instituto de capturar valor econômico a partir da inovação desenvolvida em parceria com empresas.

Do ponto de vista da eficiência administrativa, o IPT implementou medidas com impacto financeiro direto. Em 2025, foi realizado o primeiro leilão de bens inservíveis, envolvendo sucatas, veículos e equipamentos, resultando em arrecadação de R\$ 459 mil. Também foram adotadas Atas de Registro de Preços para obras e manutenção, reduzindo prazos e custos operacionais.

Na área de tecnologia da informação, a implantação de telefonia VoIP gerou redução aproximada de 90% nos custos desse serviço. Ao longo do ano, foram registrados mais de 11 mil atendimentos técnicos, com 94% de satisfação dos usuários, evidenciando eficiência operacional aliada à qualidade do serviço interno.

Considerações

O conjunto de resultados alcançados em 2025 evidencia que o desempenho econômico-financeiro do IPT está diretamente associado a uma estratégia institucional baseada em investimentos estruturantes, inovação aplicada, eficiência administrativa e rigor na gestão de recursos públicos. As demonstrações financeiras do exercício refletem não apenas o volume de receitas e investimentos realizados, mas também a consolidação de um modelo institucional capaz de sustentar crescimento, complexidade operacional e geração de valor público de forma consistente e transparente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(EM MILHARES DE REAIS)

	N.E.	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR		N.E.	EXERCÍCIO	EXERCÍCIO ANTERIOR	
		ATUAL	REAPRE-SENTADO	REAPRE-SENTADO		ATUAL	REAPRE-SENTADO	REAPRE-SENTADO
		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024		31/12/2025	31/12/2024	01/01/2024
ATIVO					PASSIVO			
CIRCULANTE					CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	14.554	30.032	35.273	Fornecedores	4.708	8.526	4.699
Aplicações financeiras créditos vinculados	4	11.874	7.727	4.805	Arrendamento mercantil - Direito de Uso	2.016	1.529	1.492
Contas a receber	5	4.468	4.611	4.577	Receitas a realizar	—	285	285
Adiantamentos a colaboradores e terceiros		1.087	1.082	182	Salários a pagar e encargos a recolher	3.598	3.519	6.471
Impostos antecipados e a recuperar	7	3.179	2.908	2.894	Impostos e contribuições a recolher	11	3.258	3.934
Estoques	2.8	763	592	525	Adiantamento de clientes		468	848
Despesas pagas antecipadamente		145	138	145	Obrigações a pagar - férias e encargos		14.843	14.257
Depósitos compulsórios		164	236	276	Parcelamentos fiscais	11	4.279	3.733
Outros valores a receber		2	319	318	Subvenções governamentais - agências de fomento	12	12.197	7.919
Total do Ativo Circulante		36.236	47.645	48.995	Outras obrigações		38	222
NÃO CIRCULANTE					Total do Passivo Circulante	45.405	44.588	45.140
Realizável a longo prazo	2.1	961	1.022	877	NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	2.1 e 8	176.689	170.009	156.899	Parcelamentos fiscais	13	4.334	7.511
Intangível	9	3.376	1.777	1.382	Outras exigibilidades - Receita de doação -			
Total do Ativo Não Circulante		181.026	172.808	159.158	Agência de fomento	14	32.521	31.903
					Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	15.904	22.801
					Provisão para dissídio coletivo	15	4.751	2.674
					Provisão para IPTU-imunidade	11.b	—	9.560
					IRPJ/CSLL diferido sobre C.M. 8200/91	16	1.414	1.510
					Provisão para ppr	15	3.153	3.139
					Receitas a realizar		—	285
					Arrendamento mercantil - Direito de uso	10	1.812	592
					Total do Passivo Não Circulante	63.889	79.690	77.668
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
					Capital social		320.039	303.074
					Reservas de capital		9.382	9.382
					Reservas de lucros		264	264
					Recurso para aumento de capital		7.296	16.965
					Prejuízos acumulados		(229.013)	(233.510)
					Total do Patrimônio Líquido	107.968	96.175	85.345
TOTAL DO ATIVO		217.262	220.453	208.153	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	217.262	220.453	208.153

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(EM MILHARES DE REAIS)

	N.E.	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de lucros Incentivos Fiscais	Recurso para Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS DE ABERTURA EM 01 DE JANEIRO DE 2024		289.534	9.382	264	13.539	(225.064)	87.655
Ajuste de exercícios anteriores	2.1	—	—	—	—	(2.310)	(2.310)
SALDOS DE ABERTURA AJUSTADO		289.534	9.382	264	13.539	(227.374)	85.345
Aumento de capital		13.539	—	—	(13.539)	—	—
Recurso para aumento de capital		1	—	—	16.965	—	16.966
IRPJ/CSLL diferido - C.M. 8200/91		—	—	—	—	97	97
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(6.233)	(6.233)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		303.074	9.382	264	16.965	(233.510)	96.175
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 REAPRESENTADO		303.074	9.382	264	16.965	(233.510)	96.175
Aumento de capital		16.965	—	—	(16.965)	—	—
Recurso para aumento de capital		—	—	—	7.296	—	7.296
IRPJ/CSLL Diferido - C.M. 8200/91		—	—	—	—	96	96
Lucro do exercício		—	—	—	—	4.401	4.401
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		320.039	9.382	264	7.296	(229.013)	107.968

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

continua →

→★ continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024			
(EM MILHARES DE REAIS)			
		EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
		01/01/2025	01/01/2024
		A	A
	N.E.	31/12/2025	31/12/2024
Receita de serviços e produtos		45.807	51.254
Subvenção econômica - GESP		123.347	117.607
Subvenção econômica - Fomento		38.860	25.875
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		208.014	194.736
Impostos incidentes sobre vendas e serviços prestados		(6.104)	(6.776)
Devoluções e cancelamentos		(184)	(776)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		201.726	187.184
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	20a	(136.374)	(129.163)
LUCRO BRUTO		65.352	58.021
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	20b	(49.760)	(45.649)
Honorários Conselho de Administração, Fiscal e CAE		(3.272)	(3.120)
Serviços de terceiros		(16.688)	(14.145)
Depreciações e amortizações		(3.788)	(3.192)
Provisões diversas		5.144	(7.766)
Outras (despesas) e outras receitas operacionais, líquidas		5.982	7.445
		(62.382)	(66.427)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.970	(8.406)
Receitas financeiras		3.047	4.069
Despesas financeiras		(1.616)	(1.896)
RESULTADO FINANCEIRO		1.431	2.173
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		4.401	(6.233)
Imposto de renda e contribuição social		—	—
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.401	(6.233)
* Por lote de mil ações do capital social final		0,01	-0,02
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE		
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		
E 31 DE DEZEMBRO DE 2024		
(EM MILHARES DE REAIS)		
	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
	01/01/2025	01/01/2024
	A	A
	N.E. 31/12/2025	31/12/2024
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	4.401	(6.233)
Outros resultados abrangentes	—	—
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	4.401	(6.233)

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)			
	EXERCÍCIO ATUAL		EXERCÍCIO ANTERIOR
	01/01/2025	01/01/2024	
	A	A	
	31/12/2025	31/12/2024	
ATIVIDADES OPERACIONAIS	N.E.		
Resultado do Exercício antes do IRPJ e CSLL			
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:			
Depreciação/Amortização	12.087	12.797	
Demais Provisões	(5.221)	7.246	
Provisão/Reversão para perdas de créditos	77	520	
Subtotal	11.344	14.330	
Variações no Ativo Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	(4.147)	(2.922)	
Contas a receber	143	(34)	
Adiantamentos a colaboradores e terceiros	(5)	(900)	
Impostos antecipados e a recuperar	(271)	(14)	
Estoques	(171)	(67)	
Despesas pagas antecipadamente	(7)	7	
Depósitos compulsórios	72	40	
Outros valores a receber	317	(1)	
Subtotal	(4.069)	(3.891)	
Variações no Passivo Circulante			
Fornecedores	(3.818)	3.827	
Arrendamento mercantil	1.707	(55)	
Receitas a realizar	(285)	(285)	
Salários a pagar e encargos a recolher	79	(2.952)	
Impostos e contribuições a recolher	(676)	222	
Adiantamento de clientes	(380)	103	
Obrigações a pagar - férias e encargos	586	(279)	
Subvenções governamentais - agências de fomento	4.278	(1.358)	
Realização de provisões	(9.222)	(1.352)	
Outras obrigações	-	(184)	
Subtotal	(7.731)	(2.313)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(456)	8.126	
Atividades de Investimento			
Aumento do realizável a longo prazo	61	(145)	
Aquisição de bens do imobilizado	(13.074)	(24.457)	
Baixas de bens do imobilizado e intangível	597	603	
Aumento de capital	16.965	13.540	
Doações recebidas em bens	(5.598)	(1.697)	
Adição de intangível	(2.291)	(750)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.340)	(12.906)	
Atividades de Financiamento			
Parcelamentos	(2.631)	(3.474)	
Outras exigibilidades	618	(413)	
Recursos para aumento de capital	(9.669)	3.426	
Caixa líquido aplicada nas atividades de financiamento	(11.682)	(461)	
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(15.478)	(5.241)	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	30.032	35.273	
No final do exercício	14.554	30.032	
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(15.478)	(5.241)	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (EM MILHARES DE REAIS)		
	EXERCÍCIO ATUAL 01/01/2025 31/12/2025	EXERCÍCIO ANTERIOR 01/01/2024 31/12/2024
Receitas	213.778	201.252
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	45.624	50.478
Subvenção econômica - GESP	123.347	117.607
Subvenção econômica - Fomento	38.860	25.875
Outras receitas	6.024	7.812
Provisão/Reversão de créditos liquidação duvidosa	(77)	(520)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(152.143)	(141.612)
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(131.239)	(124.196)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.613)	(15.980)
Outros	(2.291)	(1.436)
Valor Adicionado Bruto	61.635	59.640
Retenções	(3.787)	(3.192)
Depreciação, amortização e exaustão	(3.787)	(3.192)
Valor Adicionado Líquido Produzido	57.848	56.448
Valor Adicionado Recebido em Transferência	3.047	4.069
Receitas financeiras	3.047	4.069
Valor Adicionado Total a Distribuir	60.895	60.517
Distribuição do Valor Adicionado	60.895	60.517
Pessoal	53.834	49.685
Remuneração direta	27.656	24.437
Encargos sociais	12.044	11.172
FGTS	7.350	7.017
Benefícios	6.784	7.059
Impostos, Taxas e Contribuições	6.265	7.556
Federais	4.347	5.365
Estaduais	21	10
Municipais	1.897	2.181
Remuneração de Capitais de Terceiros	(3.605)	9.509
Juros	1.616	1.896
Outros	(5.221)	7.613
Remuneração de Capitais Próprios	4.401	(6.233)
Lucro/Prejuízo do exercício	4.401	(6.233)
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis		

1.3 Inovação Aberta

Em 2025, o programa IPT Open avançou de forma significativa em seu processo de amadurecimento, consolidando seu papel como orquestrador do ecossistema de inovação do IPT. Ao longo do ano, houve a revisão do posicionamento estratégico, do portfólio de atividades e de aspectos de governança, com foco em fortalecer a criação e a operação de novos modelos de negócios e a construção de parcerias para inovação. Esse reposicionamento buscou conectar de maneira mais estruturada as competências técnicas do IPT aos diversos atores do ecossistema, como outras ICTs, associações setoriais, agências de fomento, startups e governos, resultando também na definição de novas verticais de atuação do programa.

Os Centros de inovação permaneceram como elemento central do portfólio do IPT Open. Ao final de 2025, seis empresas estavam instaladas no campus do IPT (Google, Intel, Vale, WEG, Cecil e Tupy) e havia negociações em andamento para o ingresso de outras empresas. Para sustentar e qualificar essas parcerias, foram implementadas ações relevantes de aprimoramento do programa, incluindo a revisão de documentos estruturantes, como os modelos de plano de trabalho e de prestação de contas, a recomposição da comissão de P&D e a revisão de processos internos voltados ao fortalecimento da governança. Nesse contexto, também foi proposto um novo modelo de parceria entre o IPT e associações empresariais que mantêm escritórios no campus principal do Instituto.

No campo da inovação aberta, destacaram-se em 2025 as modalidades de aceleração e incubação de startups. Na vertical de aceleração, a parceria com o programa Sebrae for Startups, vigente desde 2022, seguiu como um dos principais instrumentos de atuação, desdobrando-se nos programas Start Bio e Start IA, voltados ao desenvolvimento tecnológico de startups de biotecnologia e inteligência artificial, além dos Bootcamps Start DeepTech, direcionados à capacitação de empreendedores em estágios iniciais ou interessados em criar startups de base científica. Ao todo, 93 startups foram atendidas por esses programas ao longo do ano. Paralelamente, no modelo de incubação, a OpenTech, incubadora e aceleradora do IPT, iniciou a execução de um projeto financiado pelo Sistema Paulista de Ambientes de Inovação (SPAII), com foco na articulação conjunta com outros ambientes de inovação do Estado de São Paulo, além da aprovação de um projeto para a criação de um programa de softlanding voltado à atração de startups estrangeiras interessadas em se instalar no país.

O portfólio do IPT Open também foi ampliado com programas de inovação aberta voltados à conexão entre startups e empresas, especialmente em áreas de deeptech, com o objetivo de enfrentar desafios tecnológicos de alta complexidade e explorar a aplicação de tecnologias disruptivas. Nesses programas, o IPT atuou não apenas na articulação entre os atores, mas também no apoio ao desenvolvimento das soluções tecnológicas das startups, ampliando as chances de sucesso das parcerias com grandes empresas. Ainda em 2025, houve a revisão do modelo dos Hubs de Inovação, que passaram a operar como redes cooperativas organizadas em torno de temas tecnológicos específicos, com o IPT exercendo o papel de orquestrador, responsável pela governança e pela construção conjunta da proposta de valor, contribuindo para acelerar o desenvolvimento, a difusão de tecnologias e a discussão de aspectos regulatórios associados às inovações.

Por fim, o programa viabilizou parcerias estratégicas com associações setoriais, como a Associação Brasileira de Embalagens (ABRE) e a Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (ABIMED), criando bases para o desdobramento de novas ações ao longo de 2026.

1.4 Desempenho Institucional

Em 2025, o IPT atendeu 3.058 clientes, abrangendo 697 municípios em todo o Brasil, sendo 270 municípios no Estado de São Paulo, o que corresponde a 42% de cobertura estadual. No âmbito nacional, suas atividades alcançaram 26 estados brasileiros, representando 96% de cobertura do território nacional, além de atuação internacional em 16 países, equivalente a 8% de cobertura global. Esse alcance territorial reflete a capilaridade das atividades do Instituto e sua capacidade de atender demandas técnicas e tecnológicas de diferentes escalas e complexidades.

O volume de entregas técnicas foi igualmente expressivo. Ao longo do exercício, o IPT emitiu 17.340 documentos técnicos, superando a meta pactuada no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que previa a emissão de 16.000 documentos em 2025. Esses documentos incluem laudos, pareceres técnicos, relatórios de ensaios laboratoriais, relatórios técnicos e entregas de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, constituindo a base técnica que sustenta tanto a atuação junto a políticas públicas quanto o atendimento ao setor produtivo.

O faturamento total do IPT em 2025 atingiu R\$ 84,8 milhões, com 56% desse montante proveniente de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I). Essa composição evidencia o alinhamento do modelo econômico do Instituto com sua missão institucional, ao priorizar projetos de maior valor agregado tecnológico e maior impacto estrutural para o Estado de São Paulo.

continua →★

→continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO 2024
(valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. CUSTOS, DESPESAS ADMINISTRATIVAS E PROVISÕES

a) Composição do custo:

	Exercício atual	Exercício anterior
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração, encargos e benefícios	103.798	97.614
Serviços de terceiros	13.019	11.966
Utilidades	5.284	5.268
Impostos e taxas	1.030	1.013
Depreciação e amortização	9.233	9.387
Outros custos	4.010	3.915
Total	136.374	129.163

b) Composição das despesas administrativas:

	Exercício atual	Exercício anterior
	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração, encargos e benefícios	45.426	40.676
Utilidades	792	482
Impostos e taxas	888	1.173
Outras	2.654	3.318
Total	49.760	45.649

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram não existir fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício findo em 31/12/2025 que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

DIRETORIA

ANDERSON RIBEIRO CORREIA
Diretor
Presidente

NATALIA NETO PEREIRA CERIZE
Diretora de Finanças
e Planejamento

ADRIANO MARIM DE OLIVEIRA
Diretor
de Operações

FABIANO ALBUQUERQUE DE MORAES
Diretor de Desenvolvimento
de Pessoas e Administração

LEVI POMPERMAYER MACHADO
Diretor de Ambientes inovadores
e Inteligência de Mercado

CONTADOR

FRANCISCO SOUTO OUTEDA - Contador - CRC 1SP154222/O-1

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho de Administração, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A – IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da Empresa.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2026

STEPHANIE YUKIE HAYAKAWA DA COSTA
Presidente do Conselho

ANDERSON RIBEIRO CORREIA
Conselheiro Diretor-Presidente
ANDRÉ DA SILVA CURCIO
Conselheiro

JORGE TATINO JÚNIOR
Conselheiro
MARCOS NOGUEIRA MARTINS
Conselheiro

VALMIR GOMES DIAS
Conselheiro
ANDRÉ CARLOS
BUSANELLI DE AQUINO
Conselheiro

ANTONIO EDSON
MACIEL DOS SANTOS
Conselheiro Independente
Coordenador do Comitê de Auditoria

LÉA DE JESUS SILVA E
SILVA DE MORAES REGO
Conselheira Independente
NEREIDE DE OLIVEIRA
Conselheira
Representante dos Empregados

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, à vista do Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S de 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas, elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

O Conselho Fiscal, por unanimidade, à vista das verificações realizadas ao longo de todo o exercício social, é de opinião que os referidos documentos societários refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A - IPT, que aprovam e reúnem condições de ser submetidos à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas da empresa.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2026

RODRIGO FONTENELLE
DE ARAÚJO MIRANDA
Conselheiro

IZADORA RODRIGUES
NORMANDO SIMÕES
Conselheira

JULIANA AUGUSTO
CARDOSO
Conselheira

FRANCISCO RONALD
ROCHA FERNANDES
Conselheiro

PAULO MAURICIO
MACULEVICIUS FERREIRA
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. (IPT) é um órgão de governança instituído em 2018 pelo Conselho de Administração. Composto por cinco membros independentes, tem como Coordenador um membro independente do Conselho de Administração. Trata-se de um órgão de assessoramento, de caráter permanente e vinculado ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas.

Sua atuação é pautada pela independência em relação à Diretoria do IPT, o que significa que suas análises e recomendações são formuladas de maneira autônoma, sem subordinação à gestão executiva. Essa independência é fundamental para garantir a imparcialidade na supervisão dos processos financeiros e operacionais da organização.

O CAE está sujeito às normas estabelecidas na Lei nº 13.303/2016, que rege a governança das empresas estatais, bem como ao Estatuto Social do IPT e ao seu próprio Regimento Interno, que detalham suas atribuições, responsabilidades e o funcionamento do Comitê.

As funções do CAE são desempenhadas a partir de informações fornecidas pela Diretoria, pelos Auditores Independentes, pela Auditoria Interna, pelos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, pela Ouvidoria e pelos responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras. O Comitê também obtém informações em reuniões com representantes das diversas áreas operacionais do IPT.

A Diretoria é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, observando-se a diretriz de garantir a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e gestão de riscos. Já os Auditores Independentes devem assegurar que as Demonstrações Financeiras reflitam adequadamente a posição patrimonial e financeira do IPT, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a legislação societária brasileira.

A composição do CAE em 31/12/2025:

Tabela 1 - Composição do Comitê de Auditoria Estatutário.

Nome	Função	Período exercido
Antônio Edson Maciel dos Santos	Coordenador e Conselheiro de Administração Independente	01/01/2025 - 31/12/2025
Marcos Alberto Castelhana Bruno	Membro	01/10/2025 - 31/12/2025
Ivan Stagliano Ismael	Membro	01/01/2025 - 31/12/2025
Otávio Ramos dos Santos	Membro	01/01/2025 - 31/12/2025
Paulo Henrique Fernandes Boverio	Membro	01/01/2025 - 31/12/2025

2. O ANO DE 2025

No exercício de 2025, o CAE realizou 17 (dezessete) reuniões, sendo 12 (doze) ordinárias e 5 (cinco) extraordinárias. A agenda foi estruturada para compatibilizar (a) temas recorrentes de supervisão (demonstrativos, auditorias, controles e integridade) e (b) matérias específicas e extraordinárias que demandaram aprofundamento técnico, em especial temas contábeis e jurídicos de maior materialidade e risco. Ressalta-se que a publicidade das deliberações do CAE ocorre, em regra, por meio de extratos das atas, preservando-se a confidencialidade necessária à proteção de informações sensíveis (incluindo dados pessoais, hipóteses de apuração de irregularidades, estratégias processuais e elementos de auditoria), sem prejuízo do atendimento aos deveres de transparência e prestação de contas.

O CAE atuou com base em pauta previamente estruturada e em acompanhamento de demandas e encaminhamentos. Além de apreciar matérias recorrentes (demonstrações financeiras, auditorias e controles), o Comitê dedicou reuniões extraordinárias a temas que exigiram maior aprofundamento técnico, com participação de áreas internas (Diretoria de Finanças e Planejamento, Auditoria Interna, Assessoria Jurídica, Ouvidoria, Integridade/Compliance) e, quando aplicável, de Auditoria Independente e consultorias externas.

Tabela 2 - Frequência temática na agenda

Tema	N
Auditoria Interna	13
Auditoria Independente	5
Demonstrações financeiras	6
Riscos	12
Integridade/Ouvidoria/Denúncias	8
Jurídico/Contencioso	5
ERP (TOTVS)	3
IFRS S1/S2	2
Seguro D&O	1
Partes Relacionadas	2

2.1. Auditoria Interna

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário ("CAE") acompanhou, de forma sistemática, a elaboração, aprovação e execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), bem como a condução e os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, incluindo a apreciação de relatórios, a verificação do

encaminhamento de recomendações, o monitoramento de pendências e a análise da evolução dos respectivos planos de ação.

No âmbito desse acompanhamento, o CAE promoveu debates sobre aspectos estruturantes da função de auditoria interna e de seu posicionamento no sistema de governança do IPT, com ênfase na necessidade de (i) consolidação e atualização do Regimento Interno; (ii) aderência às diretrizes e normativos dos órgãos de controle e às boas práticas aplicáveis; e (iii) acompanhamento de eventuais atualizações regulatórias com impacto sobre o desenho, a atuação e os procedimentos da Auditoria Interna.

O Comitê registrou atenção especial ao monitoramento de recomendações ainda pendentes e à necessidade de aprimoramento da gestão de planos de ação, de modo a assegurar maior previsibilidade, rastreabilidade e tempestividade na implementação das medidas corretivas e preventivas, com priorização orientada por risco, materialidade e criticidade. Também foram discutidas limitações operacionais, dificuldades e pontos de atenção evidenciados em relatórios de auditoria, bem como oportunidades de reforço do processo de follow-up institucional e de melhoria contínua dos controles internos.

Com base nas informações disponibilizadas pelo IPT, nas evidências e discussões registradas no âmbito das reuniões do CAE, e em conformidade com as atribuições e responsabilidades definidas na legislação e nos normativos internos aplicáveis, o Comitê ressalta que sua atuação possui escopo consultivo e de supervisão, não se confundindo com a execução direta de trabalhos de auditoria. Ainda assim, observado o limite de suas competências, o CAE ratifica que, no exercício de 2025, a Auditoria Interna desempenhou suas atividades com independência, objetividade e padrão técnico compatível com as demandas acompanhadas, respondendo de forma adequada às solicitações formuladas pelo Comitê.

No mesmo período, o CAE não tomou conhecimento de ocorrência especialmente relevante, de natureza grave, que pudesse comprometer o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis ao IPT ou a fidedignidade e integridade de seus resultados, no âmbito das informações e reportes submetidos à sua apreciação.

2.2. Auditoria Independente

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), no âmbito de suas atribuições de supervisão, acompanhou e avaliou as atividades da empresa de Auditoria Independente Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, examinando, de forma contínua, (i) a independência e a objetividade na condução dos trabalhos; (ii) a qualidade técnica e a suficiência dos serviços prestados; e (iii) a adequação do escopo e da abordagem adotados às necessidades e características do IPT, inclusive quanto à interação com a governança e aos fluxos de reporte ao Comitê.

Em linha com esse acompanhamento, o CAE apreciou os trabalhos de auditoria independente relativos às Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao 1º, 2º, 3º e 4º trimestres de 2025, bem como às Demonstrações Contábeis Anuais, com suas respectivas notas explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ao longo do período, o CAE realizou múltiplas reuniões com a Auditoria Independente para discussão, entre outros, dos seguintes tópicos: (i) planejamento e cronograma de execução dos trabalhos de auditoria aplicáveis às demonstrações trimestrais e anuais; (ii) extensão, natureza e oportunidade dos principais procedimentos de auditoria selecionados, incluindo áreas de maior risco e julgamentos contábeis relevantes; (iii) deficiências e pontos de atenção identificados nas avaliações de controles internos, com indicação de impactos, recomendações e direcionamento para planos de ação; e (iv) conclusões decorrentes dos exames realizados, incluindo achados relevantes e encaminhamentos propostos.

Adicionalmente, o CAE buscou avaliar, de forma estruturada, a interação da Auditoria Independente com a Administração e com os gestores responsáveis, com vistas a reforçar salvaguardas de independência, resguardar a integridade do processo de auditoria e identificar, tempestivamente, eventuais restrições ao escopo, limitações de acesso a informações ou interferências indevidas. Para tanto, foram realizadas reuniões reservadas com os auditores, sem a presença da Administração, permitindo ao Comitê acompanhamento mais aprofundado e isento sobre desafios, riscos de comprometimento da independência e eventuais pressões no curso dos trabalhos.

No período sob reporte, e com base nas interações e informações submetidas ao CAE, não foram identificados pontos relevantes de divergência entre a Auditoria Independente e a Administração do IPT quanto às demonstrações contábeis e aos procedimentos de auditoria aplicáveis, sem prejuízo do registro de recomendações e pontos de aprimoramento tratados no âmbito próprio do acompanhamento do Comitê. Cabe destacar que a Auditoria Independente atuou de forma independente, sem quaisquer interferências da Administração.

O CAE recomendou a realização de nova licitação, em virtude do vencimento do contrato com o atual auditor, Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S.

2.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) acompanhou e monitorou o processo de estruturação e amadurecimento da gestão de riscos corporativos do IPT, com vistas ao atendimento da Política de Riscos Corporativos, em alinhamento ao modelo de governança da Companhia. Para tanto, promoveu reuniões recorrentes com a Administração, com a Gerência de Conformidade e Gestão de Riscos com consultoria especializada responsável pela elaboração da Matriz de Riscos Estratégicos, bem como pela consolidação metodológica, no avanço do mapeamento e na preparação dos materiais para deliberação pelos colegiados competentes.

continua →

→ continuação

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO REFERENTE AO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

Nesse contexto, o CAE acompanhou o desenvolvimento da Matriz de Riscos Estratégicos e a definição do Apetite a Riscos, incluindo os respectivos critérios de validação. O Comitê também analisou, em reuniões técnicas, os fundamentos metodológicos e as etapas do *roadmap* de implementação, registrando como requisito central a integração entre riscos, controles e planos de ação, com (i) definição clara de papéis e responsabilidades; (ii) mecanismos de monitoramento; e (iii) rotinas formais de reporte, de modo a assegurar rastreabilidade, coerência interna e capacidade de acompanhamento.

Ao longo do ano, registrou-se a evolução do mapeamento, com identificação de riscos estratégicos e de riscos positivos (oportunidades), organizados em categorias amplas, incluindo, entre outras, riscos políticos, econômicos, regulatórios, orçamentários, operacionais, cibernéticos, de integridade, de fornecedores/parceiros e reputacionais. O CAE enfatizou a relevância da participação ativa da Administração e dos colegiados, com vistas a mitigar vieses, elevar a consistência analítica e assegurar aderência ao contexto institucional. Adicionalmente, reforçou-se a necessidade de que os materiais destinados ao Conselho de Administração sejam apresentados em linguagem executiva e acessível, destacando criticidade, impactos, interdependências, prioridades de tratamento e próximos passos, com indicação objetiva de responsáveis, prazos e métricas de acompanhamento. Além disso, o CAE analisou a nova versão da Política de Transações com Partes Relacionadas e supervisionou a aplicação verificando a aderência aos procedimentos estabelecidos e reforçando a transparência nas operações envolvendo partes relacionadas. Esse acompanhamento teve como objetivo garantir que as transações fossem conduzidas de acordo com as melhores práticas de governança corporativa e em conformidade com a legislação vigente.

2.4. Programa de Integridade e Ouvidoria

O CAE monitorou os procedimentos de apuração de infrações ao Código de Conduta e Integridade, bem como os eventos registrados no Canal de Denúncias de infrações ao Código, assegurando a conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes. Para tanto, o Comitê realizou reuniões com a Gerência de Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos, Comitê de Conduta de Integridade (CCI), bem como com a Ouvidoria, responsável pela operação do Canal de Denúncias do IPT, com o intuito de discutir potenciais melhorias e agilizar o processo.

Durante as reuniões foram debatidos aspectos de classificação de manifestações, fluxo de apuração, reporte de resultados e gestão de backlog. O CAE reiterou a necessidade de evitar reincidência de pendências e de manter rastreabilidade do ciclo completo (recebimento, triagem, apuração, conclusões, encaminhamentos administrativos e monitoramento de implementação), inclusive com planilhas de acompanhamento e evidências.

No encerramento do exercício, o CAE acompanhou a revisão de normativos internos alinhados a diretrizes recentes da Controladoria Geral do Estado (CGE), com separação entre instrumento de Política (direcional) e Procedimento (operacional), e com registro de eliminação significativa de backlog acumulado desde 2021.

2.5. Demonstrações Financeiras

O CAE avaliou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração de Valor Adicionado e Notas Explicativas, além das práticas contábeis relevantes utilizadas pelo IPT na elaboração das Demonstrações Financeiras.

2.6. Temas Jurídico-Regulatórios e Passivos Contingentes

O CAE dedicou reuniões específicas para examinar temas jurídico-contábeis com potencial impacto reputacional, financeiro e de conformidade. Destaca-se o debate sobre manutenção e aprimoramento de nota explicativa de passivo contingente.

Outro tema relevante acompanhado foi a imunidade tributária do IPT em relação ao IPTU. Em reunião com participação de Assessoria Jurídica e escritório externo, foram apresentados fundamentos constitucionais e critérios jurisprudenciais, além de evidências de reconhecimento formal da imunidade pelo Município para exercícios recentes.

Adicionalmente, o Comitê acompanhou discussões sobre depósitos judiciais e impactos de decisões processuais em caixa e demonstrações financeiras, com registro de caso em que houve levantamento de valor depositado e posterior determinação de pagamento), ensejando debate sobre medidas para prevenção de recorrência e maior segurança do fluxo informacional e decisório.

2.7. Tecnologia da Informação, Segurança da Informação e Sistemas

No exercício de 2025, o Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) acompanhou, de forma sistemática, temas associados à governança de Tecnologia da Informação (TI) e à Segurança da Informação, com ênfase nos mecanismos de prevenção, detecção e resposta a incidentes, na maturidade dos controles gerais de TI e na adequação dos processos críticos ao ambiente de controles internos da Companhia.

O Comitê registrou atenção especial à necessidade de o IPT consolidar uma abordagem estruturada e contínua de segurança da informação, baseada em boas práticas internacionalmente reconhecidas e passível de auditoria, com componentes mínimos de: gestão de riscos cibernéticos, inventário e classificação de ativos, controles de acesso (IAM/MFA), gestão de vulnerabilidades, monitoramento e correlação de eventos de segurança, resposta a incidentes, continuidade de negócios e recuperação de desastres (BCP/DRP), além de capacitação recorrente e cultura de segurança.

Sistemas corporativos e ERP (TOTVS) - partes relacionadas (FIPT)

No campo de sistemas corporativos, o CAE analisou os riscos e responsabilidades relacionados ao contrato de ERP (TOTVS) firmado por parte relacionada da (FIPT) para uso exclusivo do IPT. Considerando a criticidade do ERP para processos administrativos, financeiros e de controles internos, o Comitê solicitou parecer jurídico específico para avaliar: (i) a legalidade e o enquadramento como transação com parte relacionada; (ii) a alocação de responsabilidades entre IPT e FIPT, inclusive quanto a riscos de inadimplemento e responsabilidades solidárias/subsidiárias, se aplicável; e (iii) a adequação de cláusulas contratuais sensíveis (níveis de serviço, segurança da informação, LGPD, confidencialidade, governança de mudanças e auditoria). Todas as recomendações do CAE foram devidamente registradas em atas e no Relatório Completo, encaminhadas ao Conselho de Administração e disponível nos arquivos do IPT.

3. CONCLUSÕES

O Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias e considerando as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, fundamentado nas análises e e nas discussões durante o exercício, nas explicações e nos esclarecimentos prestados pela contabilidade, diretoria, auditoria interna e suportado pelo relatório da Russell Bedford GM Auditores Independentes S/S, emitido em 13 de fevereiro de 2026, sem ressalvas apresentada na 106ª reunião do CAE, entende que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais representam adequadamente a situação patrimonial e financeira do IPT. Nesse sentido, o CAE recomenda sua deliberação pelo Conselho de Administração do IPT.

Antônio Edson Maciel dos Santos

Coordenador

Marcos Alberto Castelhana Bruno

Membro

Otávio Ramos dos Santos

Membro

Ivan Stagliano Ismael

Membro

Paulo Henrique Fernandes Bovério

Membro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Administração e aos Conselheiros do
INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
São Paulo - SP
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das Demonstrações Contábeis

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2.1, que trata da reapresentação das demonstrações contábeis do exercício de 2024 do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, originalmente objeto de relatório de auditoria emitido em 7 de fevereiro de 2025. Conforme descrito naquela nota, as demonstrações contábeis foram reapresentadas para refletir: (i) a baixa de depósitos judiciais cujos recursos foram levantados pela parte contrária em exercícios anteriores a 2024, no montante de R\$ 1.834 mil, com efeitos no Ativo Não Circulante e no Patrimônio Líquido; e (ii) a correção de registro indevido de receita no valor de R\$ 476.311,73, relacionado a contrato de cessão de uso e benfeitorias encerrado antes do prazo originalmente pactuado, cuja permanência registrada após a cessação do contrato configurou erro no reconhecimento da receita. Os saldos comparativos do exercício de 2024 foram ajustados e estão sendo reapresentados em conformidade com a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não está modificada em função desses assuntos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião a demonstração do valor adicionado acima referida foi adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente de serem causadas por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de serem causados por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
 - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de fevereiro de 2026

 **Russell Bedford**
taking you further

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
Contador - 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio-Responsável Técnico